

Bruxelas,

31 III. 2015

Excelentíssima Senhora,

Agradeço a carta de V.Exa. de 16 de Junho de 2015 relativa à decisão do Governo Português de 28 de Maio de 2015 de autorizar a Marinha Portuguesa a adjudicar, por ajuste directo, a construção de dois navios-patrolha oceânicos à sociedade West Sea do grupo Martifer.

Nesta carta, levanta V.Exa. várias questões sobre a compatibilidade da referida decisão das autoridades portuguesas com os direitos europeus da concorrência (auxílios estatais) e do mercado interno (contratação pública).

Gostaria de sublinhar que a Comissão não estava ao corrente desta decisão do Governo Português.

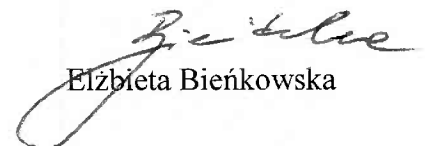
No que diz respeito à questão dos auxílios estatais, informa-me a Sra. Comissária Vestager de que os seus serviços não receberam da parte das autoridades portuguesas nenhuma notificação de auxílios estatais relativa à adjudicação pela Marinha Portuguesa da construção dos dois referidos navios à sociedade West Sea/grupo Martifer e que também não receberam qualquer denúncia sobre a possibilidade desta adjudicação implicar tais auxílios.

No que diz respeito à questão da contratação pública, os meus serviços também não receberam qualquer denúncia relativamente a uma possível infracção às regras dos contratos públicos.

Os meus serviços não podem assim, nesta altura, tomar posição sobre a existência de uma possível infracção ao direito europeu da contratação pública.

No entanto, tendo em conta as informações que nos transmitiu, os meus serviços irão examinar esta questão e, se for caso disso, tomar as iniciativas adequadas.

Atenciosamente,



Elżbieta Bienkowska

Ex.ma Senhora Deputada
Dra. Ana Maria Rosa Martins Gomes
Parlamento Europeu
Edif.º Altiero Spinelli, 14G158
Rue Wiertz, n.º 60 B – 1047 Bruxelas